

CIES e-WORKING PAPER N.º 89/2010

Trabalho etnográfico na cidade de Caracas: questões metodológicas

INÊS ZUBER

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Inês Zuber é licenciada em Sociologia e Planeamento, pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Frequenta o Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE-IUL, tendo como principais áreas de investigação a sociologia urbana e o planeamento participado. É bolsista da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e assistente de investigação no CIES, ISCTE-IUL.

Resumo

As organizações comunitárias na Venezuela constituem o objecto empírico da investigação em curso. O trabalho etnográfico, realizado em Caracas, centrou-se numa zona de “barrio”, o espaço da invisibilidade social, sobre o qual recaem os estereótipos relacionados com a violência e onde predomina a ausência de planificação urbanística; e numa zona “urbanizada”, espaço residencial de elites e que corresponde ao padrão da “cidade planificada”. Aqui, queremos partilhar uma reflexão sobre o trabalho de campo, a aproximação ao objecto de estudo, as negociações referentes ao “acesso”, as incursões etnográficas, e analisar como todos estes procedimentos estão carregados de sentido compreensivo e revelador de respostas a questões teóricas previamente colocadas.

Palavras-chave: fragmentação socioterritorial; Caracas; organização comunitária; etnografia

Abstract

The empirical object of the research in hand is community organisation in Venezuela. Carried out in Caracas, the ethnographic work was centred on a “barrio” zone – the space of social invisibility, with its violence-related stereotypes, where town planning is patently absent – and an “urbanised” zone – an elite residential area corresponding to the model of the “planned city”. Here, we wish to share an account of the field work, our manner of approaching the object of study, the negotiations for “access” and the ethnographic incursions, and to analyse how all these proceedings are laden with a sense of understanding and insight in relation to theoretical questions raised beforehand.

Key-words: socio-territorial fragmentation; Caracas; community organisation; ethnography

Introdução

As reflexões contidas neste artigo provêm de um trabalho em curso, com vista a elaborar uma tese de doutoramento, e cujo trabalho de pesquisa empírica acabou por se cruzar com a problemática do trabalho etnográfico em território urbano.¹ A intenção inicial era estudar o processo de planeamento, as formas de participação e os impactos na qualidade de vida dos Conselhos Comunais na Venezuela. Estes são um projecto do governo do Presidente Chávez, definidos legalmente desde 2006 enquanto instâncias de participação, articulação e integração entre as diversas organizações comunitárias, grupos sociais e cidadãos e cidadãs, que permitam ao povo organizado exercer directamente a gestão das políticas públicas e projectos orientados para responder a necessidades e aspirações das comunidades na construção de uma sociedade de equidade e justiça social. A base populacional para a constituição dos CC é estabelecida pela Assembleia de Cidadãos e Cidadãs, sendo as comunidades constituídas por famílias – os CC podem agrupar entre 200 a 400 famílias em área urbana, a partir de 20 famílias em área rural e a partir de 10 famílias nas comunidades indígenas (ponto 4 do artigo 4.º da Lei dos CC). A especificidade dos CC reside na sua natureza jurídica, populacional e territorial, que os diferencia de outras organizações comunitárias, partindo da concepção de que os espaços geográficos pequenos propiciam a participação (Maingon, 2007: 131), sendo para alguns autores muito forte a dimensão socioterritorial destas organizações, ou seja, a sua ancoragem socioterritorial no sentido de pertença a um espaço social (Jungemann, 2008:9) que é também cultural, produtivo e ambiental. Estima-se em cerca de 35.000 o número de CC existentes na Venezuela (2007),² os quais têm a função de realizar “planos estratégicos numa escala microlocal”, com execução directa de recursos financeiros transferidos pelo Estado Central (García-Guadilla, 2007: 10).

Em 2008, estive cerca de dois meses em Caracas, com o objectivo de realizar algumas entrevistas exploratórias e visitar CC – a capital do país perfilava-se como o local mais conveniente para realizar o trabalho, uma vez que concentrava não só as instituições académicas como as sedes dos poderes políticos nacionais, que proporcionavam

¹ Porque as questões abordadas se referem, essencialmente, à relação do investigador com o trabalho de campo, optámos por escrever o artigo na primeira pessoa do singular.

² Em ABN, 17/09/2007, www.abn.info.ve/go_news5.php?articulo=103596&lee=array

informação útil. Foi desta forma que a cidade-metrópole de Caracas foi emergindo como foco da investigação, objecto de estudo *per se* e não somente como o lugar-cenário do objecto. Na “visita exploratória” contactei com dirigentes (*voceros*) de vários CC da cidade, assisti a reuniões, conversei com investigadores, entrevistei representantes de instituições locais e nacionais que têm a responsabilidade de articular e promover o trabalho destas organizações comunitárias. O acesso aos informantes nesta fase da pesquisa revelou-se bem menos angustiante do que o previsto, tendo em conta a complexidade que parece ganhar na literatura sobre as estratégias de negociação e renegociação (Burgess, 1997: 45) e sobre como garantir a “empatia” (Ballinger, 2003: 7, citado em Berg, 2006: 48), anunciada como uma das chaves do sucesso da pesquisa por diversos autores clássicos. Foram essencialmente três as estratégias de aproximação: (1) por não possuir quaisquer contactos que intermediassem o acesso ao terreno, dirigi-me directamente às instituições (nomeadamente a Fundacomunal do Distrito Capital)³ onde, de uma forma totalmente desburocratizada (sem requisitos nem pedidos de identificação), me “entregaram” aos funcionários que me levariam a observar o seu trabalho, no terreno – esta observação estaria sempre condicionada, obviamente, porque a minha chegada às comunidades era, por via institucional e estatal; por outro lado, (2) cheguei também a um CC pela mão de uma jovem investigadora com trabalho realizado sobre o tema; e, por fim, (3) apresentei-me directamente numa assembleia de rua que juntava vários CC e na qual estabeleci vários contactos directos. Na grande maioria das vezes, senti que o “acesso” vinha na minha direcção, pois a informalidade característica nas sociabilidades e o entusiasmo de informar uma “entidade estranha” como eu prevaleciam em relação à suspeição.⁴ No entanto, e numa fase exploratória, em que o trabalho de investigação tinha uma componente pouco formal, em que o que me interessava era realizar descobertas não orientadas analiticamente, os encontros que empreendi foram estranhamente fáceis e intensos, mas fortuitos e singulares. Ainda assim, o contacto primário com a empiria foi

³ Fundacomunal (Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal) é uma entidade tutelada ministerialmente, que trabalha directamente com os CC, nomeadamente através da figura do “promotor social”, um funcionário que tem a responsabilidade de trabalhar directamente com as comunidades no terreno, em determinada área geográfica.

⁴ Em conversa com uma jovem investigadora venezuelana, esta revelou-me a opinião de que a minha condição “estrangeira” e “europeia” conferia um carácter de “importância e seriedade” ao nível das representações sobre a minha investigação, o que me propiciava condições favoráveis no acesso aos informantes e à informação. Recordo-me, por exemplo, que um dos agentes institucionais que me levou a uma destas comunidades me apresentou como uma “investigadora da União Europeia”.

fundamental para regressar à teoria, adoptando uma estratégia de pesquisa que privilegia uma perspectiva “adaptativa” (Layder, 1998), que compatibilize o vaivém entre dedução e indução (Bryman, 2004 [2001]), permitindo a refundição da teoria (Merton, 1970 [1949]) e recriando as categorias de observação. Procedeu-se, assim, à (re)definição das dimensões analíticas e do desenho de pesquisa, no qual estabeleci diferentes níveis de análise (e técnicas de pesquisa), que necessariamente tinham que corresponder aos diferentes níveis do sistema nacional de planificação. Assim, num nível mais *macro* (ou estruturalista) teria que analisar as instituições nacionais e regionais, num nível *meso* as instituições municipais e *paroquiais*,⁵ e num nível *micro*, os Conselhos Comunais, através dos seus representantes e moradores abrangidos, aproximando-me aqui de uma análise compreensiva ao nível dos sentidos, práticas, motivações e representações sobre a participação. Se para os primeiros dois níveis mobilizaria, sobretudo, técnicas de análise documental (de leis, estatísticas, regulamentos, notícias...), no nível *micro*, privilegiaria as técnicas de observação e a entrevista semiestruturada. Este esforço de diversificação de técnicas (e fontes) poderia ir ao encontro da ambição de atingir uma visão holista do todo que influenciava o processo participativo em si, e que era integrado por agentes com níveis de influência diferentes sobre diversas estruturas territoriais – o que pretendia era a negociação entre as suas perspectivas (Pina-Cabral, 2006: 190),⁶ utilizando também a triangulação dos métodos de investigação (Silverman, 2000). Em 2009, num período de dois meses e meio, realizei cerca de 45 entrevistas a *voceros* e moradores de dois CC seleccionados, a agentes institucionais, e assisti a alguns eventos. O trabalho realizado não é tipicamente etnográfico, uma vez que um dos principais requisitos – “permanecer no campo por períodos longos e ininterruptos” (Pina-Cabral, 1991: 53) – não foi cumprido. No entanto, poder-se-á dizer que conteve algumas das características das incursões etnográficas, uma vez que o principal instrumento da pesquisa foi o próprio investigador, que negociou o acesso aos entrevistados, esteve presente em momentos de conversação informal, realizou as entrevistas, foi convidado para assistir a eventos... período em que o processo social de pesquisa assumiu um forte impacto na investigação (Costa, 1986: 137). Provavelmente, é neste interstício metodológico que os investigadores provenientes da sociologia sentem o que Park quis dizer quando afirmou que os estudiosos da cidade

⁵ Ou de *freguesia*.

⁶ Também por causa da necessidade de articulação das unidades observáveis com o todo é que a antropologia urbana tem vindo a aproximar-se de outras disciplinas (Cordeiro, 2003: 13).

deveriam imitar os antropólogos e fazer “trabalhos de campo” nas ruas. Porque creio que os “momentos etnográficos” que trabalhei são reveladores de sentido explicativo, penso ser importante discuti-los e explicitá-los numa fase intermédia da investigação; mas também porque, para fazer ciência, é necessária uma autocrítica consciente da relação com o campo, e a explicitação das condições de produção do conhecimento científico, como diria Malinowski (Sarró e Lima, 2006: 20).

A cidade-metrópole de Caracas

A imagem percebida senso-comunalmente da cidade de Caracas⁷ reflecte um mapeamento social extremamente fragmentado, segmentado e dividido, visivelmente inscrito num espaço territorial que, numa primeira impressão, se divide em parcelas homogéneas. Caracas, à semelhança de diversas metrópoles latino-americanas, é uma cidade de contrastes com diversificados tipos de guetos. É possível identificar os “guetos impostos”, zonas habitacionais construídas pelos migrantes *pobladores* da cidade (Antillano, 2005: 206) para as suas famílias, recorrendo, sobretudo, à autoconstrução de habitação e infraestruturas em terrenos ocupados ou cedidos, e que constituem hoje os chamados *barrios*, onde reside cerca de 40% da população da AMC. E é possível identificar os guetos “auto-impostos”, ou seja, as zonas habitacionais fortificadas (Caldeira, 2000), de sectores sociais médios e altos, onde predomina o enclausuramento habitacional de cada residência.

Se, ao nível dos imaginários simbólicos colectivos, os primeiros estão associados a lugares de perigo, violência e criminalidade (La Rosa, s/d), os segundos territórios serão associados ao conforto e à qualidade de vida. À semelhança de toda a história social e económica da Venezuela, também a cidade de Caracas foi sendo construída através de um processo de urbanização que acompanhou as deformações e desigualdades sociais e económicas do modelo económico baseado na renda petrolífera (Antillano, 2005: 206). Na conjuntura política actual, a fragmentação territorial parece existir a par com uma certa territorialização da polarização política – segundo estudos sobre as representações acerca das “filiações políticas”, as áreas urbanas pobres são

⁷ A chamada “cidade de Caracas” corresponde à Área Metropolitana de Caracas (AMC) englobando cinco municípios, com cerca de três milhões de habitantes.

percebidas como zonas “chavistas” e as zonas residenciais de sectores de rendimentos médios e altos são representadas como “antichavistas” (Hellinger, 2008).

Ao tomar contacto, até num sentido senso-comunal, com a cidade, pareceu-me difícil construir um modelo analítico que não articulasse os processos de participação com a relação dos moradores com a cidade, e foi assim que acabei por incluir uma nova dimensão analítica, designada “identidades territoriais e comunitárias”, na qual abarcaria componentes como as trajetórias habitacionais e vivências no território, as representações sobre a zona de residência e sobre esta dentro do todo da cidade. Devido a esta primeira observação decidi também estudar dois casos que “exemplificassem” as características de contraste social e habitacional da cidade – um CC de um *barrio* e outro de uma “zona urbanizada”. No entanto, será importante não absolutizar e isolar estas categorias do espaço territorial – os blocos de homogeneidades são apenas ilusórios e enganadores, pois, como diz João de Pina Cabral (2006: 179), “o terreno metropolitano leva o etnógrafo a afundar-se nos becos convolutos da grande cidade, na gama infinita das possibilidades humanas”, cuja lonjura é a sua complexidade. De facto, Caracas é uma cidade de “fragmentação socioterritorial heterogénea e complexa” (Cariola e Lacabana, 2005: 23), de constantes e repetidas heterogeneidades microscópicas, uma vez que segmentos urbanos e habitacionais assimétricos coexistem lado a lado no mosaico da cidade. Estas heterogeneidades territoriais são percebidas quando se descobre um *barrio* encravado entre duas torres empresariais, em Chacao, ou uma “ilha” de condomínios residenciais rodeada por milhares de *barrios*, em Palo Verde. A outro nível, entendem-se quando entramos nas casas autoconstruídas dos entrevistados do *barrio* e verificamos que têm tamanhos diferentes, condições de saneamento diferentes, equipamentos e electrodomésticos com níveis de qualidade muito distintos.

Em relação às unidades sociais a estudar, o mais lógico foi fazer um recorte relativamente abrupto e englobar os moradores da zona geográfica a que corresponde cada CC, que é também uma fronteira político-administrativa em consolidação. Embora esta forma de isolamento da unidade de análise fosse útil para relacionar a participação dos moradores com o seu CC, ela não resolvia o problema da escala de observação, segundo Graça Cordeiro (2003: 10), “a difícil relação (integração) entre o pormenor etnográfico perceptível na micro-escala do contacto pessoal (base da observação participante) e o contexto relevante para a unidade observada”. Já Robert Park (em

Burke, 1992: 81) nos dizia que o interesse por zonas específicas da cidade não nos deve fazer esquecer o mosaico urbano na sua totalidade, uma vez que os indivíduos urbanos vivem, simultaneamente, em vários mundos diferentes. Segmentar e isolar hermeticamente as unidades sociais em análise, ignorando os seus fluxos quotidianos entre as “múltiplas cidades” só poderia levar a uma análise enviesada, a uma imagem estática e parcializada da realidade social dessas unidades em estudo. Por isso, numa perspectiva estruturalista, o trabalho pretendeu apreender as redes sociais institucionais que as incluíam e, numa perspectiva mais compreensiva, estimular os nossos entrevistados, ainda que no plano discursivo, a guiarem-nos numa viagem pelas suas sociabilidades e vivências urbanas – o que permitiria também medir os níveis de enclausuramento socioterritorial destas comunidades.

O que em seguida exponho são algumas reflexões provenientes do “choque cultural” característico do trabalho etnográfico (Pitt-Rivers em Pina-Cabral, 1991: 51), numa investigação que combina dimensões de exotismo e distanciamento cultural – de facto, é realizada “lá nos trópicos” – mas também de familiaridade, uma vez que o terreno metropolitano é o local onde o cientista encontra o seu mundo de vida (Pina-Cabral, 2006: 178).

Incursões etnográficas no sector de Dos Cerritos, Barrio Cotiza

(1) O meu primeiro contacto com o Conselho Comunal de Dos Cerritos deu-se em Agosto de 2008, quando uma jovem investigadora me levou a assistir a uma assembleia de rua do mesmo. Acabei por seleccioná-lo porque me foi apresentado como um caso de “boa organização”, com actividade regular desde 2006, e com “sucesso” na execução de projectos; e, por outro lado, o “acesso” mediado por esta jovem investigadora que tinha trabalhado com este CC, enquanto desempenhava funções numa instituição estatal, poderia facilitar a confiança dos moradores em relação ao meu trabalho. O CC de Dos Cerritos⁸ está integrado no *barrio* Cotiza, que pertence à Parróquia San José, zona central do Município Libertador, onde se situam várias sedes de instituições públicas e poderes políticos nacionais, o que evidencia que os “territórios de segregação” se situam tanto na

⁸ O CC abarca um “sector territorial” com cerca de 1140 residentes e 150 famílias (Garrido, 2008; CMPPP, 2008).

centralidade como na periferia da metrópole. De facto, a minha intermediária proporcionou-me não só um carácter de confiança em relação ao meu trabalho, mas quase um carácter de dever e obrigatoriedade por parte dos dirigentes do CC em “apoiar” a minha investigação. Victoria,⁹ uma das *voceras*, e informalmente reconhecida como a líder comunitária, passou a considerar as minhas incursões como mais uma “tarefa” do plano de actividades. E, num terreno tão fortemente politizado, num CC conotado com o “chavismo”, quando falo de confiança digo-o porque creio que a grande maioria dos membros do CC representavam-me enquanto “chavista”, muito embora nunca mo tenham perguntado directamente. Eu estava consciente de que uma conotação de quase agente governamental (Berg, 2006: 44), suspeita que recai frequentemente sobre muitos investigadores, tinha vários prós e contras – se, por um lado, me “movimentaria” melhor no terreno e receberia maior solicitude, por outro, poderia ser-me ocultada informação não conveniente para a minha “avaliação” do funcionamento do CC e poder-me-ia “barrar” o acesso a moradores dos sectores antichavistas. Na verdade, Victoria acabou rapidamente por ser a minha informante-chave, pois foi ela que me apresentou às pessoas que queria entrevistar (e até às que não estava interessada em entrevistar, mas que praticamente me “forçou”), era ela que me ia buscar sempre (antes de me aventurar sozinha) ao local onde a camioneta me deixava, foi da sua casa que fiz o “quartel-general” da investigação (onde passava os “tempos mortos” e observava um vaivém de entradas e saídas de vizinhos) e onde almocei várias vezes, foi ela que garantiu que eu não caminhava sozinha na zona, dizendo-me que tinha o dever de garantir a minha segurança – por tudo isto, é impossível que a relação que estabeleci com a minha informante-chave não marque profundamente o conhecimento que adquiri (Pina-Cabral, 1991: 64); e também sei que o facto de ela desempenhar um papel de preponderância na comunidade pode ter aberto portas... e fechado outras (Costa, 1986: 139).

(2) Parece-me também óbvio que a minha presença criou um contexto de pressão sobre os dirigentes do CC em relação aos resultados daquilo que muitos devem ter percebido como uma “avaliação” acerca do seu trabalho, sobretudo por uma investigadora “estrangeira” – simultaneamente sentiam-se orgulhosos com a “socióloga de Portugal” que os entrevistava, e creio mesmo que alguns sentiram um certo “peso da responsabilidade”. É certo que os impactos da minha presença foram significativos e

⁹ Nome fictício.

interferiram no contexto (Costa, 1986: 135), possivelmente originando uma atitude de “gestão de impressões” (Goffman, 1993) cuidadosa. Em certos momentos, senti por parte de alguns dirigentes o esforço de construção de uma “fachada” em relação ao funcionamento do CC – por exemplo, quando entrevistei uma *vocera*, ela relatou-me as deslocções que fazia à casa de vários moradores e, logo após a gravação, numa conversa informal, disse-me que quase não “saía de casa” devido à criminalidade. E, de uma forma mais evidente, essa interferência manifestou-se quando no dia das eleições para o CC me “convidaram” a confirmar o sentido de voto dos boletins perante uma audiência de moradores (enquanto “observadora internacional”), uma atitude que acabou por ajudar à minha visibilização e legitimação perante a comunidade.



Fotografias 1 e 2: Sector residencial de Dos Cerritos, Barrio Cotiza (Abril de 2009, fotos próprias)



(3) Acabei por realizar entrevistas a oito *voceros* do CC, chegando aos mesmos através do método “bola de neve”, e a nove moradores do sector, tendo utilizado dois critérios para a selecção destes últimos: por um lado, a dispersão geográfica das habitações e, por outro, o nível de participação no CC, tendo obtido esta informação prévia pela consulta dos formulários de um censo recentemente realizado na comunidade pelo próprio CC.¹⁰ Quando apresentei as minhas escolhas a Victoria percebi, pela sua expressão, quais os moradores que preferia que eu não entrevistasse, mas isso não impediu que, em muitos casos, me levasse a casa deles, apresentando-me – mais uma vez, aparecer com Victoria propiciava que os meus potenciais informantes acessem ao meu pedido, mas sabia que podia condicionar o seu discurso nas entrevistas. Aqui, o trabalho de campo parecia muito “fluido”, e quando não conseguia entrevistar os meus “informantes-alvo”, rapidamente Victoria me apresentava outras opções. Duas ou três pessoas não quiseram assumir o compromisso de ser entrevistadas, embora não o invocando directamente, mas a grande maioria aceitou facilmente.

(4) Com o decorrer das entrevistas, fui-me apercebendo da necessidade de relacionar os conteúdos expressos nas mesmas com os contextos envolventes, de forma a conseguir decifrar os silêncios, os subentendidos sociologicamente relevantes, a intencionalidade latente dos conteúdos “entre-vistos” (Pais, 1996: 82, 83, 84). Por exemplo, uma das minhas entrevistadas, quando questionada sobre a insegurança no bairro, afirmou: “Yo no tengo que ver con eso, con tal que no se metan conmigo. Aunque se metieron con un hijo mío, me lo mataron, pero no fue aquí, sino fuera del barrio, pero fueron personas de aquí. Pero yo no puse denuncia ni nada. Sí, hay inseguridad, pero, con nosotros, hasta ahora, no se han metido.” Nesta situação, o investigador avisado, que evite uma sociologia espontânea (Bourdieu *et alii*, 1999 [1968]: 50), tem o dever de “entre-ver” um discurso autocontido, de temor e receio, em que o objectivo do entrevistado com a negação da sua condição de vítima da insegurança é a garantia, precisamente, da sua segurança (ou, possivelmente, de familiares e amigos).

¹⁰ Este percurso para a selecção dos entrevistados acarretava dois problemas óbvios: por um lado, um problema ético, por estar a aceder a informação privada que tinha sido dada pelos moradores para um censo comunitário; por outro, excluía todos aqueles com possíveis incompatibilidades com o CC Comunal, que ou não foram recenseados ou se recusaram a responder ao censo. É fundamental especificar os critérios, procedimentos e escolhas na selecção dos entrevistados (Bauer e Gaskell, 2002, 2000) e relacioná-los com a informação obtida.

(5) Os já referidos “tempos mortos” – entre entrevistas combinadas – que passei em casa de Victoria revelaram-se extraordinariamente férteis na aquisição de informação, “permitindo compreender coisas que o discurso não revelaria” (Sarró e Lima, 2006: 24), apreendidas tanto em conversas informais que se geravam (e onde era incitada a trocar informações sobre “Portugal”) ou, simplesmente, quando me sentava no sofá da sala, observando silenciosamente (às vezes, quase invisível) as rotinas quotidianas de um local por onde passava muito da vida do CC. Foi assim que me apercebi de conflitos entre moradores, que conheci melhor as formas de sociabilidade das famílias populares, que testemunhei algum cansaço e “desentusiasmo” dos *voceros* do CC, e que me dei conta do nível de politização de alguns membros da comunidade.

(6) Ao enumerar as variáveis que pudessem influenciar os níveis de participação dos indivíduos, tinha em mente indicadores, sobretudo ligados à dimensão socioeconómica (como a profissão, o nível de rendimentos familiares, os capitais culturais e escolares...). No entanto, a pesquisa de terreno obrigou-me crescentemente a incluir uma variável com um peso simbólico importante – falo do sentimento de insegurança enquanto estruturador, condicionador e organizador da vida quotidiana (Cariola e Lacabana, 2001).¹¹ Desde os condicionalismos impostos à minha própria mobilidade espacial pelos informantes, passando pela observação de um espaço público vigiado e em tensão, até aos discursos onde o tema era tratado de forma mais latente ou manifesta, todos se constituíram como elementos decisivos para a construção do conhecimento sobre a participação. A pesquisa de terreno propiciou, inevitavelmente, o fenómeno da “serendipidade”, do aparecimento do dado imprevisto que me forçou a debruçar sobre a problemática teórica, de forma a recentrá-la (Merton, 1970 [1949]). Penso, no entanto, ser importante tentar “mediar” esse conhecimento adquirido sobre a questão da criminalidade e do sentimento de insegurança com grelhas de análise bem definidas – por ser um fenómeno “estranho” à visão que tenho do meu mundo social (Pina-Cabral, 1991: 49), posso correr o risco de sobrevalorizar essa variável em relação a outras, não concretizando a ruptura epistemológica, vigilante e necessária.

¹¹ As representações sobre a insegurança e a criminalidade são também importantes para compreender a segmentação social, uma vez que podem explicar alguns dos condicionamentos à mobilidade espacial e habitacional dos indivíduos.

Incursões etnográficas em La California Norte, zona residencial

(1) O contacto com o Conselho Comunal de La California Norte, numa zona residencial de sectores médios, no Este de Caracas, foi bem diferente do de “Dos Cerritos”. Em 2008, entrei na sua sede, quase por acaso e espontaneamente, no contexto das visitas exploratórias. Encontrei um grupo de pessoas numa espécie de “tertúlia” da classe média sobre temas da política nacional e internacional, os quais, muito amavelmente, conversaram comigo. Regressei em 2009 e rerepresentei-me a Carmen,¹² a *vocera* que está frequentemente no atendimento ao público. Desde logo, ao expor-lhe os objectivos do trabalho, pressenti desconfiança e reticências da sua parte, pois pediu-me uma carta de identificação e solicitação do apoio que queria. Alguns dias após ter entregado a carta, Carmen acedeu, hesitante, a dar-me uma entrevista, na qual fui entendendo várias dificuldades de organização e deficiente cumprimento até de alguns requisitos legais por parte do CC. Foi quando lhe perguntei se podia consultar alguns documentos deste que a desconfiança sobre mim se manifestou claramente: Carmen exaltou-se, disse-me que não sabia se eu era uma espia, se eu estava de acordo, por exemplo, que as pessoas “do povo” tivessem direito à educação, que não tinha a certeza se, depois de me fornecer a informação, eu não lhe iria dar uma “facada nas costas”; por outro lado, acusou-me de vir de um “país colonizador”. Mais tarde, interpretei esta reacção de várias formas. Em primeiro lugar, terá sido um erro ter entrado no “terreno” sem alguém que mediasse o contacto e evitasse este clima de suspeição. Por outro lado, fui-me apercebendo de que num terreno politizado e, neste caso, com um conflito político importante entre um CC com dirigentes “chavistas” e, presumo, uma grande parte dos moradores “antichavistas”, as resistências e as suspeições sobre mim seriam sempre fortes – quando Carmen me pergunta insistentemente quem sou, o que faço, onde estou alojada, quem conheço em Caracas, está também a dar-me informação sobre quadros de representações, sistemas de classificações e de valores (Costa, 1986: 138), pois na prática está a tentar assegurar-se de que eu não sou da oposição antichavista. Mais tarde, confirmei também algumas “atitudes racistas” naquela zona residencial, nomeadamente em relação aos emigrantes vindos de países europeus – neste caso, o facto de ser estrangeira e da Europa conferia-me um papel e identidade social que me interditava certos terrenos. Nesta situação e tentando não me posicionar politicamente,

¹² Nome fictício.

argumentei que só queria que a informação e o conhecimento chegassem a Portugal – tentei obrigar Carmen a comprometer-se com o trabalho, o que fez verbalmente, não o tendo assumido na prática, pois nunca me contactou; tomei conhecimento sempre ocasionalmente das reuniões às quais acabei por assistir. Neste momento, já perspectivava com inúmeras dificuldades conseguir “uma boa integração” (Malinowski, 1997 [1922]), mas pude, no entanto, entrevistar outros *voceros* (4) que acabaram por me dar informações, muitas vezes contraditórias com as de Carmen (que funcionava como uma espécie de “guardiã” da boa imagem do CC, ou “gestora de impressões”), levando-me a perceber alguma falta de “legitimidade” do CC perante os moradores, o que justificaria só por si os bloqueios à minha observação. Neste caso, as diferentes versões, as inconsistências, as omissões, mais do que reveladoras de honestidade ou desonestidade, são elementos com conteúdo compreensivo fundamentais. Apesar do nível de “desconfiança hostil” (Pina-Cabral, 1983: 331) inicial, fiquei com a sensação de que esta se foi reduzindo ao longo do tempo, e que ter permanecido no local um maior período de tempo poderia criar condições bastante mais favoráveis ao desenvolvimento da investigação.

(2) A zona residencial abrangida pelo CC abarcaria cerca de 1000 famílias, o que era um número muito mais elevado do que em Dos Cerritos. Quando expressei a Carmen a minha intenção de entrevistar “moradores”, ela disponibilizou-se para ir comigo a casa de alguns conhecidos – o receio de um controlo excessivo dos meus “acessos”, em que Carmen seleccionasse “minuciosamente” os informantes “convenientes”, e da conotação com os membros do CC num contexto de conflituosidade, levou-me a ignorar essa proposta. Assim, selecionei algumas ruas (com dispersão geográfica entre si) e, de uma forma quase não orientada, empreendi uma maratona de recrutamento de entrevistados directamente nas suas casas. La California Norte tem, predominantemente, dois tipos de habitação: os prédios, em condomínio fechado; e as “vivendas singulares”. Na verdade, a maratona revelou-se quase impossível de culminar com sucesso, pois se, nos prédios, o meu “acesso” (físico!) era imediatamente barrado pelos “vigilantes” e “seguranças”, nas casas individuais, uma certa “esquizofrenia securitária” colocava-me barreiras praticamente intransponíveis. Num vaivém desesperado pelas diversas ruas, deparei-me com uma situação em que a grande maioria de pessoas ou simplesmente não abrem as portas de suas casas, ou o fazem resguardados por diversas camadas de gradeamento (resultou,

assim, difícil gritar ou explicar os objectivos do meu trabalho através de um intercomunicador), observando-me com suspeição e, penso, algum temor de “possível emboscada”. No espaço público, vazio e abandonado,¹³ a mensagem da suspeição e do medo está plasmada nas cancelas, gradeamentos e muros colocados pelos próprios moradores e que impedem a passagem de umas ruas para as outras, naquilo que se poderia qualificar como um roubo grosseiro desta dimensão pública. A selecção de entrevistados, que deveria ser guiada por critérios analíticos bem definidos, acabou por estar sujeita à caricata limitação de conseguir entrevistar pessoas que estavam no seu jardim (e com as quais consegui ganhar mais confiança, podendo marcar entrevistas posteriormente) ou que eram por mim interceptadas abruptamente quando saíam ou entravam em casa. Por outro lado, acabei por entrevistar uma moradora portuguesa e outra galega, num quase apelo à solidariedade com a “nossa condição” de estrangeiros num mundo longínquo.



Fotografias 3 e 4: Sector residencial de La California Norte (Abril de 2009, fotos próprias)



¹³ Não por acaso foi aqui que acabei por ser assaltada, perdendo uma máquina fotográfica e preciosa informação para a investigação...

Reflexões finais e em aberto...

Embora o trabalho de investigação em curso não se baseie na etnografia, os procedimentos e aproximações para aceder aos nossos entrevistados contêm elementos etnográficos que, como ficou explicitado, estão impregnados de sentido compreensivo e explicativo, revelador de conhecimento sobre a problemática teórica, nomeadamente dando pistas sobre as práticas, as motivações, as condições objectivas e as representações sobre a participação. Nesta etapa da investigação, de reconceptualização e recriação dos caminhos da pesquisa, surgem várias inquietações teórico-metodológicas, que é fundamental discutir e partilhar.

(1) Num contexto social fortemente politizado, e com um objecto de estudo cuja dimensão política é inquestionável, a construção da minha identidade social (e política) pelas pessoas que observei e entrevistei foi uma constante. Embora nunca tenha explicitamente tomado posição, eu tinha noção de que as formas como interagía podiam condicionar o acesso e os conteúdos da informação. Esse elemento esteve presente nos mais diversos momentos, inclusive nas expressões que utilizava e que estava consciente que tinham significados e conotações políticas implícitas. Por exemplo, se aos representantes de instituições municipais governadas pelas forças antichavistas eu preferia falar de “chavismo”, já nas instituições do Estado central seria mais conveniente falar de “*revolución*”, para evitar colher uma atitude céptica por parte dos meus interlocutores. Hoje questiono-me sobre a orientação ética deste constante jogo de adaptações e desmultiplicação de “máscaras interpretativas” (Pina-Cabral, 2006: 185), consoante os interlocutores em presença.

(2) Muitos dos significados de que falei ao longo do texto, e que foram por mim inferidos na sequência dos contactos, da observação, da reflexão sobre os discursos informais e gravados, não merecerão, certamente, concordância de diversos indivíduos observados. Carmen, por exemplo, não estará de acordo com a minha ideia de que a hesitação em conceder-me informação advém de um “complexo de falta de legitimação” do trabalho do CC por parte dos moradores da zona residencial. Num quadro de potenciais conflitos sobre as interpretações dos significados, devo proporcionar um espaço de “negociação de significados” (Pina-Cabral, 2006: 187) com os meus entrevistados? E, se não o fizer, com que legitimidade tornarei públicos os resultados?

(3) As experiências etnográficas nos dois terrenos em observação tiveram percursos muito diferentes – foram distintos os níveis de integração, a relação de empatia e confiança adquirida, a informalidade conquistada. Em relação a ambos os casos, é evidente e praticamente inevitável que a experiência que vivi no terreno irá condicionar o percurso da investigação e afectar os resultados (Pina-Cabral, 2006). Neste momento, numa fase de busca de resultados, e distanciada do trabalho de campo, penso ser importante objectivar esses níveis de relação estabelecidos, para não cair naquilo que João de Pina Cabral chamaria uma “participação inobservante”. Se no caso de Dos Cerritos, é a “interiorização excessiva dos interesses e dos ideais do grupo estudado” que me preocupa, na investigação de La California Norte será “uma observação demasiado distante e fria” que me fará incorrer no risco da não-observação (Pina-Cabral, 1983: 332).

Referências bibliográficas

- Antillano, Andrés (2005), “La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 3, Setembro-Dezembro, pp. 205-218.
- Bauer, Martin W. e George Gaskell (2002 [2000]), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Berg, Mette Louise (2006), “O desafio de encontrar e definir ‘o terreno’: reflexões em torno de uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid”, em, Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró (orgs.) (2006), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre Produção Etnográfica*, Lisboa: ICS, pp. 35-51.
- Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon, e Jean-Claude Passeron (1999 [1968]), *A Profissão de Sociólogo: Preliminares Epistemológicas*, Petrópolis: Editora Vozes
- Bryman, Alan (2004 [2001]), *Social Research Methods*, Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras: Celta Editora.

- Burke, Peter (1992), “História urbana e antropologia urbana na Europa moderna”, em Peter Burke, *O Mundo como Teatro*, Lisboa: Difel, pp. 69-88.
- Caldeira, Teresa (2000), *City of Walls : Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*, Berkeley: University of California Press.
- Cariola, Cecilia, e Miguel Lacabana (2001), “La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización”, *Revista EURE*, Maio, Santiago.
- Cariola, Cecilia, e Miguel Lacabana (2005), “Los bordes de la esperanza: nuevas formas de participación popular y gobiernos locales en la periferia de Caracas”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 11, n.º 1, Janeiro-Abril, pp. 21-41.
- CMPPP (2008), *Informe: Diagnóstico Participativo del Consejo Comunal Dos Cerritos, Parróquia San José, Municipio Libertador*, Caracas: Consejo Metropolitano de Planificación de Políticas Públicas.
- Cordeiro, Graça Índias (2003), “A antropologia urbana entre a tradição e a prática”, em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta Editora, pp. 3-32.
- Costa, António Firmino da (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, em Augusto Santos Silva, e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp.129-148.
- García-Guadilla, María Pilar (2007), “El poder popular y la democracia participativa en Venezuela: los Consejos Comunales”, comunicação apresentada no XXVII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos (LASA), Montreal, Canadá, 5-8 de Setembro de 2007.
- Garrido, Esperanza (coord.) (2008), *Informe Final Servicio Comunitario. Diagnóstico de Salud: Comunidades de las Parroquias San José y San Bernardino*, Caracas: UCV-Facultad de Medicina/Escuela de Medicina José María Vargas.
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio D'Água
- Hellinger, Daniel (2008), “Como entiende el ‘pueblo’ la democracia protagónica? Resultados de una encuesta”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 14, n.º 1, Janeiro-Abril, pp.153-181.
- Jungemann, Beate (2008), “Organizaciones sociales y anclaje territorial: Escenarios y componentes de la transformación socioterritorial y local en Venezuela”, *Cuadernos del CENDES*, n.º 67, Janeiro-Abril, Caracas, CENDES/UCV, pp. 1-34.

- La Rosa, Irama (s/d), *El Barrio como Espacio de Arte, Cultura y Ciudad: Construyendo Visión Compartida para la Parroquia El Valle*, em: <http://www.eltiuna.org/proyecto/881> (consultado a 6 de Abril de 2009).
- Layder, Derek (1998), *Sociological Practice: Linking Theory and Social Research*, Londres: Sage Publications.
- Ley de los Consejos Comunales (2006), Caracas: *Gaceta Oficial*, n.º 38.421.
- Maingon, Thaís (2007), “Consejos Comunales, ciudadanía, Estado y poder popular”, em Gregorio Castro, *Debate por Venezuela*, Caracas: Editorial Alfa/Escuela de Sociología-FACES/UCV, pp. 126-145.
- Malinowski, Bronislaw (1997 [1922]), “Os argonautas do Pacífico Ocidental – Introdução: objecto, método e alcance da investigação”, *Ethnologia* (nova série), 6-8, pp. 17-38.
- Merton, Robert K. (1970 [1949]), “Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica”, em Robert K. Merton, *Sociologia, Teoria e Estrutura*, São Paulo: Editora Mestre Jou, pp. 171-187.
- Pais, José Machado (1996), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pina-Cabral, João de (1983), “Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa”, *Análise Social*, vol. XIX, n.º 76, pp. 327-339.
- Pina-Cabral, João de (1991), “Contra a tradução”, em João de Pina-Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel, pp.43-67.
- Pina-Cabral, João de (2006), “Reflexões finais”, em Antónia Pedroso de Lima, e Ramon Sarró (orgs.), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre Produção Etnográfica*, Lisboa: ICS, pp. 177-192.
- Sarró, Ramon, e Antónia Pedroso de Lima (2006), “Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica”, em Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró (orgs.) (2006), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre Produção Etnográfica*, Lisboa: ICS, pp. 17-34.
- Silva, Augusto Santos (1986), “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 29-53.
- Silverman, D. (2000), *Doing Qualitative Research: A Practical Handbook*, Londres: Sage Publications.